de abril de 2012, deferir o registro do ato de Reforma consubstanciada na Portaria RE nº 2.170, de 18/08/2014, em favor do Cabo PM ELIZEU MATOS VILA SECA, lotado no 13º BPM (Tucuruí).

ACÓRDÃO Nº. 65.993
(Processo TC/501416/2019)

Assunto: REFORMA
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO
Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, denegar o registro do Ato de Reforma, consubstanciada na Portaria RET RE nº 1814, de 25/06/2021 que retificou a Portaria RE nº 1442 de 26/07/2011, em favor do 2º Sargento PM DANIEL SOUZA PENHA, pertencente ao efetivo da Academia de Polícia Militar Cel. Fontoura (Belém).

ACÓRDÃO Nº. 65.994
(Processo TC/523102/2019)

Assunto: REFORMA - REVERSÃO
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO
Formalizador da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, registrar o Ato de Reversão de Reforma, consubstanciada na Portaria REV nº 297, de 25/02/2013, em favor do 2º Sargento PM ROSIVALDO DA CONCEIÇÃO MARTINS.

ACÓRDÃO Nº. 65.995
(Processo TC/000684/2021)

Assunto: Representação formulada pela Corregedoria Regional de Polícia Federal, referente ao Contrato Gestão nº 06/SESPA/2020, celebrado pelo Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Saúde com a Organização Social Instituto Diretrizes.

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO
Formalizador da Decisão: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (Art. 191, § 3º do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 1º, inciso XVII da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar procedente a representação formulada pela CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL em face do Hospital Regional de Tucuruí – HRT, com a expedição das seguintes determinações para que:

1) De imediato:

1.1) Quanto à manutenção de servidores "SIAFEM": que a SESPÁ se abstenha de celebrar contratos dessa forma, uma vez que se trata de modalidade sui generis, não admitida no ordenamento jurídico pátrio, sendo que essas contratações possuem forma diversa das definidas para os servidores estatutários, empregados públicos, temporários e comissionados.

1.2) Quanto à contratação por vínculo pessoa jurídica: que a OSS Instituto Diretrizes se abstenha de firmar contratos por vínculo Pessoa Jurídica para as atribuições de GESTÃO do Hospital Regional de Tucuruí (Direção/Coordenação), a fim de que seja rigorosamente atendido o objeto do Contrato de Gestão n. 006/2020 e se afaste qualquer possibilidade de indício de subcontratação.

2.) Em até 90 (noventa) dias:

2.1) Quanto ao dever de transparência: que a OSS Instituto Diretrizes observe integralmente o item 4.1.52 do Contrato de Gestão n. 006/2020, com introduções e atualizações de informações necessárias no site próprio, sem prejuízo de que seja desenvolvido site específico do próprio Hospital Regional de Tucuruí, para o fomento do controle social e atenção à transparência ativa;

2.2) Quanto à identificação (crachás, sites, documentos): que a OSS Instituto Diretrizes cumpra os dispostos nos itens 4.1.18, 4.1.19 e 4.1.65 do Contrato de Gestão n. 006/2020, incluindo a identificação e vinculação da SESPÁ em todos os sites, divulgação e ações promocionais relativas ao Contrato de Gestão; adote identificação especial (crachá) dos profissionais de saúde; utilize a expressão "Este hospital é público, integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), gerido por organização social" em todos formulários, e-mail, cartazes, placas de identificação da unidade, documentos de comunicação e informação para a sociedade, dentre outros;

2.3) Quanto às licenças e alvarás de funcionamento: Que a OSS Instituto Diretrizes adote todas as providências necessárias, a fim de que seja regularizado o registro no CRM/PA, bem como a licença de vigilância sanitária para funcionamento, conforme estabelece o item 4.1.22 do Contrato de Gestão n. 06/2022;

2.4) Quanto à estrutura do hospital: que a OSS Instituto Diretrizes adote todas as providências necessárias com o objetivo de melhorar o ambiente de atendimento no hospital, em especial na urgência e emergência sem registros de mofo, infiltração e regular ligação elétrica dos aparelhos de ar;

2.5) Quanto aos aparelhos do laboratório: que a OSS Instituto Diretrizes adote todas as providências necessárias para o funcionamento do aparelho que realiza o teste antibiograma;

2.6) Quanto à direção de enfermagem: que a OSS Instituto Diretrizes adote todas as providências necessárias com fito da designação formal da Diretora de Enfermagem.

3)A SECEX que, faça o monitoramento do cumprimento dessas determinações, informando este Relator em caso de descumprimento;

4)A SEGER que, faça a juntada dessa decisão aos autos da prestação de contas da SESPÁ, exercício 2020, autuada por meio do Processo n. TC/008771/2021.

ACÓRDÃO Nº. 65.996
(Processo TC/003715/2023)

Assunto: Representação, formalizada pelo Município de Salvaterra, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Carlos Alberto Santos Gomes, sob a alegação de omissão do dever de prestar contas dos recursos provenientes do Programa Estadual de Alimentação Escolar – PEA, referente ao exercício de 2020.

Procurador-Geral: JOÃO VICTOR PARAGUASSU DA CRUZ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (Art. 191, § 3º do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 1º, incisos XVII da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, conhecer e julgar parcialmente procedente a representação formulada pelo Município de Salvaterra, para atestar o cumprimento do disposto no art. 17 do Decreto Estadual n. 216/2019 e rejeitar o pedido de conversão em tomada de contas especial, uma vez que já se encontram em curso, perante o órgão concedente, as medidas administrativas internas para caracterização ou não de dano ao erário.

ACÓRDÃO Nº. 65.997
(Processo TC/521463/2020)

Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Recorrente: BRUNO DE MELO FIGUEIRAS, Ex-Presidente da Associação Social Beneficente Distrital

Advogada: Dra. MANUELLA BARBOSA MÁCOLA – OAB/PA nº 13.172

Decisão Recorrida: ACÓRDÃO Nº 60.414, de 17/03/2020

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO

Formalizador da Decisão: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 1º, inciso XX, da Lei Complementar nº 81, de 26/04/2012 e art. 11 da Resolução nº 19.503-TCE/PA, de 23/05/2023, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. BRUNO DE MELO FIGUEIRAS, e tornar insubsistente o ACÓRDÃO Nº 60.414, de 17/03/2020, determinando o arquivamento do processo originário e, via de consequência, os autos recursais, em razão da incidência da prescrição das pretensões ressarcitória e punitiva.

ACÓRDÃO Nº. 65.998
(Processo TC/510659/2018)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPORÁRIO

Requerente: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (Art. 191, §3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, e nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir, o registro do Ato de Admissão de Servidor Temporário firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – RONALDO GLORIA DE CAMPOS, MARIA DO SOCORRO QUINTINO DA SILVA, CARLOS TRINDADE FARIAS, DARINALVA GOMES DE MOURA, KLEBERSON GERALDO LOBATO DA CUNHA, MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, MARIA JOSELINA CHAVES FONSECA, SÔNIA DA SILVA MOREIRA, MARIA LÚCIA LIMA CAMARA, NEUZIRENE SANTA BRIGIDA, ANTONIA CLEIDIANE DOS SANTOS ALVES, MARCIO OLIVEIRA DE ALMEIDA, CHARLES DA SILVA E SILVA, IZA MARIA ANDRADE SILVA, HERIVELTON RODRIGUES MONTEIRO, MARIA SUELI DOS SANTOS COELHO, RAFAELA PONTES E SOUSA, ELISOMAR MORAES DE JESUS, ROSÁLIA FARIAS DE MEDEIROS, CARLA DO SOCORRO GAMA DE QUEIROZ, ELIEZER DE JESUS MORAES MENDES, MILENA ALBUQUERQUE FERREIRA, RAFAELA ALBUQUERQUE GADELHA DA SILVA, MARLUCIA MALCHER DE CASTRO, CÉLIO EDUARDO MARTINS DA ROCHA, MARIA CRISTINA LIMA CHAVES, EDILSON DO SOCORRO DA CONCEIÇÃO MARTINS, FRANCIVAL RODRIGUES DE SOUSA, ROBERTO GONÇALVES DOS SANTOS e MARCO ANTONIO REIS LIMA.

Protocolo: 1032844

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 0187/2024-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais; e considerando os termos do Ofício nº 011/2023-MP/NúcleoMulher, datado de 19/04/2023, protocolizado no "SIP" sob o nº 5726/2023, em 19/04/2023,

R E S O L V E:

DESIGNAR os Promotores de Justiça VIVIANA LOBATO SOBRAL e HERENNA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO para, sem prejuízo de suas atribuições, atuarem junto ao Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (NÚCLEO MULHER-CAO/Criminal), a contar de